

## Os ecos do PIBID: Direitos Humanos no Ensino de História

*The echoes of PIBID: Human Rights in History Teaching*

Ana Vitória Campos Moura<sup>1</sup>, UESPI

Kaylane Moraes da Costa<sup>2</sup>, UESPI

Laryssa dos Santos Ribeiro<sup>3</sup>, UESPI

### Resumo

O Programa de Iniciação à Docência das licenciaturas tem demasiada importância na formação de novos professores ao proporcionar um contato com a sala de aula que ocorre ainda no começo do curso e por inserir esses jovens universitários na realidade do magistério no Brasil. O programa que instiga os participantes a trabalharem Direitos Humanos com adolescentes do ensino médio das escolas públicas não pode ser menosprezado tendo em vista o seu retorno para o meio acadêmico e as comunidades escolares onde ocorre. Esse artigo é um compilado de reflexões sobre as experiências de três universitárias concluintes do curso de história sobre a importância do PIBID na nossa formação, seguido de relatos pessoais que nos impactaram e que demonstram a importância da nossa atuação enquanto pibidianas para os alunos que nos recebem.

**Palavras-chave:** PIBID; Ensino de História; Direitos Humanos; Relato de Experiência.

### Abstract

The Teaching Initiation Program for undergraduate licensure students programs is incredibly important in the training of new teachers, providing classroom exposure early in the program and immersing these young university students in the realities of teaching in Brazil. The program, which encourages participants to work on Human Rights with high school students in public schools, cannot be overlooked, given its potential return to academic and the school communities where it is taught. This article is a compilation of reflections on the experiences of three university students graduating from the history program regarding the importance of PIBID in our training, followed by personal stories that impacted us and demonstrate the importance of our work as PIBID teachers for the students we receive.

**Keywords:** PIBI; History Teaching; Human Rights; Reflective Account.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Participou do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Atualmente é bolsista PIBID da edição 2024-2025. Email de contato: [aninhamoura1812@gmail.com](mailto:aninhamoura1812@gmail.com). Id lattes: <http://lattes.cnpq.br/5481224803284757>.

<sup>2</sup> Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Participou do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Atualmente é bolsista PIBIC da edição 2024-2025. Email de contato: [kaylanebandeir19@gmail.com](mailto:kaylanebandeir19@gmail.com). Id lattes: <http://lattes.cnpq.br/2584936830603597>.

<sup>3</sup> Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Participou do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Atualmente é bolsista PIBIC da edição 2024-2025. Email de contato: [laryssaribeiro1706@gmail.com](mailto:laryssaribeiro1706@gmail.com). Id lattes: <https://lattes.cnpq.br/4444513565142712>.

## Introdução

A realidade do estudante de licenciatura que entra em sala de aula para ter as suas primeiras experiências enquanto futuro profissional da educação é de grande impacto com o modo de ensino. Isso pois, enquanto universitários, nós refletimos criticamente sobre a educação e as ações de mudanças necessárias para a instituição escolar, mas ao adentrar esse meio, percebemos que esse pensamento crítico fica apenas nos documentos das escolas e nos debates universitários, enquanto os alunos recebem fragmentos (as vezes nem isso) de um ensino menos mecanizado e voltado para a reflexão. O impacto da educação bancária (Freire, 2013) que promove um ensino tecnicista para preparar o aluno apenas para o mundo do trabalho tem sido notado desde as turmas menores até o ensino médio. O amplo desinteresse dos alunos, a dificuldade de concentração, o não entendimento da importância da escola fazem parte da rotina.

No ensino de história, encaramos dificuldades em sala de aula que demonstram a importância de um preparo cada vez mais humanizado, atento à realidade presente e sensível ao contato com crianças e adolescentes. Antes de pensar em explicar um conteúdo ou passar uma atividade, é necessário entender o ambiente, observar os alunos e a rotina, perceber as suas peculiaridades – essas são algumas das coisas que o PIBID (Programa de iniciação à docência) proporciona. Por isso, gostaríamos de enfatizar nesse trabalho a importância do PIBID para o aluno da escola que nos recebe e para o pibidiano, quem através desse primeiro contato em sala de aula, começa a moldar seu eu profissional, além dos benefícios que essa parceria tem para os avanços da compreensão dos direitos humanos por parte das crianças e adolescentes. Entendemos que a história é uma possibilidade de pensar junto à escola e a comunidade uma meta para uma sociedade diferente (Andrade, Gil e Balestra, 2018), onde possamos refletir criticamente sobre as dificuldades enfrentadas nas diversas realidades e, a partir da ciência da necessidade de defender os direitos humanos, construirmos juntos uma noção de cidadania, respeito ao próximo e valorização à uma sociedade mais igualitária.

Assim como para os autores Juliana Andrade, Carmem Gil e Juliana Balestra (2018), nós entendemos que a escola cada vez mais precisa se tornar um lugar que debate e luta contra violências e disparidades sociais, e além disso, é necessário compreender que o ensino de história em sala de aula possibilita uma abordagem que problematiza não só os fatos históricos do passado, mas a própria realidade vivenciada pelos alunos.

Em “*O perigo da história única*” a autora nigeriana Chimamanda Adiche aponta que

Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adiche, 2019, p.16).

Tal reflexão espelha a necessidade de busca de valorização de *outras formas*, outras formas de olhares, de métodos, de realizações, outras formas de se fazer e contar histórias. A edição do Projeto de Iniciação à Docência (PIBID) realizado pelos alunos do curso de história da Universidade Estadual teve sua atuação programática sendo permeada por discussões acerca de direitos humanos com os alunos do CETI José Euclides de Miranda, escola de ensino médio localizada na cidade de Parnaíba, Piauí. O debate acerca de direitos humanos encontrou sua realização efetuada através de momentos guiados por temáticas, de modo que em conjunto com os alunos da instituição foi realizado trabalhos acerca dos direitos humanos das mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAPN+, crianças, pessoas em situação de trabalho análogo a escravidão e entre outros. O trato para com a temáticas que circundem debates acerca de direitos humanos possui ligação direta com a ação de ensinar história, partindo por temas transversais que em busca de ação, deve buscar contrariedade para com a história única. O historiador Marc Bloch teria defendido que a história se trataria da ciência dos homens no tempo (Bloch, 2001), afirmação que com o passar dos tempos pôde ser refletida e mesmo valorizada, partindo de outros olhares, a partir de um confronto direto com a frase, *o ser humano* em uma inserção temporal, e neste ponto se revela a necessidade do diálogo direto com temáticas ligadas a *direitos humanos*, em uma busca por assim evitar uma história única.

Ao passar do tempo novos debates foram possibilitados a partir e dentro dos estudos históricos, uma história do porão ao sótão, com possibilidades de análises e confrontos com discursos, ação muito necessária ao se *ensinar* sobre história. A necessidade de se abandonar a narrativa dos grandes nomes em favor de um debate mais englobante se faz cada vez mais presente, assim como a exposição acerca da luta por direitos, direitos estes que mesmo sendo assegurados ainda são tão frágeis quanto vidro, direitos que precisam ser protegidos e que são constantemente ameaçados e violados. Desse modo uma maior amplitude didático-pedagógica e maior disposição para o debate acerca de direitos humanos em sala de aula contribui diretamente para a criação de uma consciência histórica, com incentivo a criticidade, e pela busca de um sentido efetivo, em um processo de formação mais integrada e interdisciplinar. A prática de ensino em história necessita reunir aspectos que contribuam para que os estudantes elaborem uma compreensão mais sólida e coerente com relação ao local onde vivem e, num

processo reflexivo, identificar as relações entre as questões locais, vivenciadas no cotidiano, com temáticas mais abrangentes, de alcance universal (Menezes; Feitosa Lima; Rodrigues, 2020) por meio de práticas que relacionem as ocorrências expostas em sala de aula a suas próprias experiências de mundo através de seus sentidos críticos por meio da compreensão de que aspectos do passado ecoam no presente.

Ao longo dos estudos históricos se denotam inúmeras ações de violações de direitos humanos, em momentos históricos em que tal termo ainda não havia sido cunhado e que, portanto, o seu debate não se encontrava enraizado em ação. Se voltar ao passado de tal modo, o resultado pode ser em uma analogia, comparado a um espelho que revela as semelhanças, mas também as diferenças, com a própria história do Brasil sendo um exemplo, sendo caracterizada por preconceitos que permanecem contemporâneos. Em exemplos dentro de nossa própria história se denota mais de trezentos anos de trabalho escravo, marca vermelha em brasa, perseguições a minorias étnicas, submissão de indivíduos a situações, o período ditatorial. Atualmente o Brasil é um dos países onde mais se mata pessoas trans e travestis (Narciza, 2025, p.1), onde pessoas negras possuem mais chances de serem mortas pela polícia (Santos, 2024, p.1), e quatro mulheres são vítimas de feminicídio por dia (Bertolaccini, 2025, p.1), e cada uma dessas ocorrências possui uma raiz histórica que cresceu como uma árvore de violações de direitos e perseguição e intransigências.

Por esta razão a atuação do projeto PIBID em conjunto com escolas locais para o trato acerca de direitos humanos se prova tão essencial e significativa, não apenas para os alunos da instituição, mas também para os próprios pibidianos que passam a ter sua formação acadêmica enquanto futuros professores ainda mais complementada através da atuação em conjunto com o projeto, com vivências dentro do programa que modificam o próprio olhar para com a sala de aula e os alunos.

Com base nisso, o presente texto visa a realização de uma exposição e reflexão acerca da realização do programa PIBID desempenhado no CETI José Euclides de Miranda durante os anos de 2022 - 2024 e as suas contribuições diretas e indiretas com a formação para docência através de seus ecos no processo de ensino de história.

### **PIBID e a Sala de Aula**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa do Ministério da Educação que visa inserir os estudantes de licenciatura no ambiente escolar de escolas públicas. Também visa aproximar o ensino superior e o ensino básico,

contribuindo para uma educação de melhor qualidade tanto para a formação de novos professores como para os estudantes das escolas públicas. Desse modo, é por meio do PIBID que os estudantes de licenciaturas têm o seu primeiro contato com a sala de aula.

Além disso, esse programa tem grande impacto na vida dos graduandos, principalmente para os bolsistas, pois na maioria dos casos, a bolsa ajuda a garantir a permanência dos alunos na universidade. Nesse sentido, além de trazer novas experiências, segurança e maturidade para lecionar, a bolsa ajuda no sustento de muitos alunos no pagamento de alimentação, moradia, transporte, livros e demais gastos que todo estudante de ensino superior tem.

Nesse contexto, o programa traz novas perspectivas de ensino para o professor supervisor, que nos acompanha durante dois anos, aprendendo conosco e trocando experiências que somam a nossa jornada acadêmica, nos proporcionando uma grande bagagem de conhecimentos que levamos para nossa carreira e que também colaboram para a vida profissional desses professores que nos supervisionam.

De forma particular, o PIBID de história contribui grandemente para a formação do senso crítico dos alunos, pois abordamos temáticas sensíveis acerca de direitos humanos de minorias existentes no Brasil, que sofrem constantemente com exclusão e com seus direitos desrespeitados, como direitos humanos das mulheres, das pessoas LGBTQ+, das pessoas negras, dos povos indígenas e outros. Em sala de aula, relacionamos a temática com história e com a realidade dos alunos, buscamos sempre trazer para a realidade deles e também relacionamos com a história local.

Dessa maneira, optamos por usar a ótica da História do Tempo Presente (Delacroix, 2018), analisando e refletindo durante as aulas as rupturas e permanências do passado no presente, ressaltando os impactos que o passado exerce sob o presente e os impactos que o presente exerce sobre o futuro, trazendo interpretações que mostram como as atitudes que temos hoje pode ter consequências no futuro. Assim, temos como objetivo trazer para as aulas mais de uma perspectiva histórica sobre as temáticas, analisando pontos positivos e negativos das narrativas e fugindo do perigo da história única.

De forma semelhante, usamos a ótica da história-problema para estimular os jovens estudantes a refletirem sobre o passado e sobre o seu tempo. Por isso, enfatizamos em sala de aula a importância da problematização, provocando uma análise crítica e reflexiva sobre os temas estudados e também possíveis caminhos para solucionar tais problemas. Assim, como defende Marc Bloch (2001) na obra *Apologia da história ou o Ofício de Historiador*,

precisamos ser críticos durante as aulas, pois a história não é neutra, essa construção da aula nos ajuda a refletir com os alunos diferentes versões dos fatos históricos.

Em sala de aula, pretendemos que os alunos entendam a história de forma geral, conhecendo todos os lados das diferentes narrativas de um tema, podendo refletir sobre eles e entender todas as nuances que há em estudar direitos humanos e história. Tendo em mente que há muito poder e manipulação envolta do que eles aprendem nos livros de história e também na internet. Queremos mostrar aos alunos o que a escritora nigeriana Chinamanda Adichie (2019) trouxe no livro *O perigo de uma história única*:

Todas essas histórias me fazem quem eu sou. Mas insistir só nas histórias negativas é simplificar minha experiência e não olhar para as muitas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única (Adichie, 2019, p. 14).

Ademais, vale ressaltar a importância dos alunos e alunas saberem seus próprios direitos. Durante as aulas ensinamos tópicos que eles precisarão para a vida e que os tornarão adultos sensatos com o olhar voltado para a dignidade humana. Utilizamos como método o cotidiano em que os alunos estão inseridos como núcleo do ensino, através de conteúdos que estão ligados às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, o ensino de história integrado com o ensino dos direitos humanos possibilita práticas interdisciplinares que geram uma formação geral como cidadão e também formação para o trabalho. Nossos alunos têm entre 15 e 18 anos, e por meio dos projetos e das micro aulas, são beneficiados com assuntos atuais que os auxiliam no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e com uma formação mais humanizada (Menezes; Lima; Rodrigues, 2020, p. 50).

A partir do que já foi dito, temos como missão formar caráteres e de contar uma história por meio de micro aulas expositivas e criação de projetos. Pois temos em mente que “o novo e o desconhecido são o objeto de ensino que tanto possibilita a ampliação do universo do conhecimento quanto funda a relação entre professores e alunos” (Mattos, 2006, p. 8), demonstramos para os estudantes que o novo e o desconhecido são oportunidades de aprendizagens.

Como dito anteriormente, criamos projetos e planejamos as micro aulas trazendo temáticas para a realidade deles, para que os discentes vejam utilidade nos conteúdos que são repassados. Dessa forma, também trazemos para as aulas notícias locais e narrativas que estão

inseridas na história local, pois o meio que os estudantes vivem influenciam, de forma direta e indireta, o seu modo de pensar e também de aprender.

Analisando este fato, para aulas, temos como base a vivência social de cada aluno, pois é a partir disso que eles estão construindo e consolidando as suas identidades e amadurecendo como pessoas. Tendo em vista que a história local influencia no processo formativo de cada jovem, a historiadora e pesquisadora Vilma de Lurdes Barbosa e Melo (2015), em seu livro *História Local: Contribuições para pensar, fazer e ensinar*, afirma que:

Na esfera da história local se torna possível a articulação entre conhecimento e identidade social dos seus agentes que, ao mesmo tempo, se constroem e se expressam na dimensão do processo histórico, pois, são eles que fazem a história, através de suas ações e, ao mesmo tempo, produzem conhecimento na dimensão da ciência histórica. A construção e elaboração da história local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados [...] (Melo, 2015, p. 42).

Ao levantar questionamentos acerca de problemas locais durante as aulas relacionando esses aos direitos humanos, formamos seres pensantes que exercitam a compreensão e que, provavelmente, irão buscar soluções para os problemas individuais e também da sociedade como um todo. Tornando-os jovens capazes e eficientes, preparados para ingressarem na faculdade, no âmbito de trabalho ou serem o que almejam ser.

Durante o PIBID, ensinamos, mas aprendemos muito mais. As trocas de experiências com alunos, gestores e corpo docente, colaboram muito para nossa formação profissional e como pessoas. Para além da aquisição de postura de docentes, nos influencia a melhorar cada vez mais como profissional, nos tornando, após o programa, professores mais preparados e capacitados para estar em sala de aula. Independente da dificuldade estrutural que a escola venha a ter, seja qual for o desafio, os discentes que passam pelo PIBID, estão a frente e mais preparados, mentalmente e profissionalmente.

### **Experiências e abordagens realizadas no PIBID**

O programa do PIBID que participamos entre 2022-2024 nos contemplou no começo no curso, por isso, ao mesmo tempo que estávamos tentando entender o mundo acadêmico e as cobranças do ensino superior, estávamos alinhando nossas maiores expectativas para iniciar os trabalhos em sala de aula com os alunos da rede estadual do Piauí. A inexperiência estava muito presente no começo, assim como as dúvidas de estar ou não exercendo as demandas do programa do modo esperado. Para além disso, ainda tinha todo o nervosismo de

lidar com adolescentes e até mesmo jovens que tinham a nossa idade e ainda estavam na escola por terem repetido. Acreditamos, como muitos outros profissionais da educação, que os professores mais jovens tem a vantagem de ter mais facilidade para se aproximar dos alunos. Usufruímos bastante dessa condição para trazer intervenções atualizadas, já que os conteúdos compartilhados nas redes sociais, as pautas e assuntos discutidos no mundo virtual são similares tanto para os alunos como para os pibidianos.

Um exemplo interessante, foi em uma aula com a turma de 2 ano do ensino médio, onde estávamos trabalhando os direitos humanos dos povos indígenas e, como há pouco tempo tinha estado em alta a questão do genocídio Yanomami, trouxemos os detalhes dos acontecimentos e fizemos uma problematização mais participativa em sala de aula. Isso pois, não era um tópico desconhecido para os alunos, eles já tinham visto na televisão e nas redes sociais sobre o assunto. É necessário chama-los para o debate e tentar aproximar ao máximo da sua realidade, assim, manobrando o genocídio Yanomami e tratando de questões mais próximas como assassinatos de indígenas no Piauí, preconceito com indígenas nas escolas e a importância de caracterizar os povos originários do Brasil como seres humanos, valorizando suas culturas e seus ensinamentos e percebendo até mesmo as suas vastas influências na vida de pessoas não-indígenas.

Trabalhando o tema do trabalho análogo à escravidão, pudemos perceber a importância de abordar temas sensíveis em sala, não somente para comover os alunos de realidades distantes ou próximas, mas também para prevenir que adolescentes se encontrem em situações em que são explorados e se encontram em uma situação análoga à escravidão. Trazer para os alunos casos reais de pessoas que saíram de casa com promessas de trabalhos dignos e que acabaram sendo explorados ajuda a enfatizar para os alunos que essas propostas de trabalho fáceis são, muitas vezes, armadilhas. Assim, podemos tentar prevenir que jovens em situação de vulnerabilidade acabem nas mãos de patrões que somente tem a intenção de se aproveitar da sua situação difícil de vida para prendê-lo em uma situação de exploração que é muito difícil sair. Um outro benefício de abordar temas similares a esse é com certeza poder refletir com os alunos sobre a importância dos estudos. Na escola que trabalhamos, a evasão escolar felizmente não era tão alta, mas também não era inexistente. O entendimento de que a escolaridade e o pensamento crítico têm a capacidade de ser a diferença entre ser explorado em alguma fazenda ou não pode fazer diferença no momento em que os nossos alunos pensam sobre o futuro e botam na balança se os estudos são mesmo importantes.

O docente deve estar preparado não apenas para contar uma história, mas também para ouvir uma história, talvez esse seja o principal fundamento das trocas em sala de aula. Dentro da temática Direitos Humanos das mulheres, uma das estudantes de uma turma de 3º ano de ensino médio, em determinado momento, confidenciou durante uma das realizações do projeto ser vítima de assédios constantes em sua vida pessoal, a revelação desencadeou um momento de trocas de relatos pessoais entre as pibidianas à frente da turma e das demais estudantes. Dentre outros momentos interessantes de trocas com a turma podemos falar acerca de uma atividade realizada com os alunos acerca dos direitos humanos das pessoas com deficiência, onde foi realizado uma atividade acerca de ensinar sobre a condução e prestação de auxílio para com pessoas com deficiência visual em forma de dinâmica, momento em que pode ser debatido acerca da presença ou falta de presença de mecanismos de acessibilidade na instituição e na própria cidade de Parnaíba. Uma das atividades de maior destaque com a turma esteve inserida na temática de direitos humanos da comunidade LGBTQ+, a atividade proposta tratou-se da realização de um vídeo música por parte dos alunos com inspiração na música de Chico Buarque “Geni e o zepelim”, composição para a produção “*Ópera do malandro*”. Uma das reflexões mais comuns acerca da música seria que a protagonista Geni se trataria de uma travestir, sendo também uma prostituta subalternizada e julgada por toda uma sociedade.

Embora na letra da canção “Geni e o Zepelim” não exista nenhuma marca explícita que indique se tratar de uma travesti, é dessa maneira que a personagem é caracterizada no livro e nas encenações da peça, bem como no filme de Ruy Guerra, sendo “Geni” a forma curta de “Genival”, que faz assim uma remissão intertextual direta aos nomes das personagens “Jenny” das óperas de John Gay e Bertolt Brecht (Araujo, 2018, p. 88).

Ao longo do pequeno musical realizado com os alunos, estes participaram ativamente da produção de um pequeno roteiro que seria recitado por uma das alunas antes do começo do número musical. Ao final da atividade e com as edições de vídeo finalizadas foi realizado com a turma um momento para assistir ao produto final das gravações, em um momento com pipoca e reflexões sobre a figura de Geni e a posição da sociedade sobre esta, a recepção com a temática foi particularmente bem aceita com a turma de terceiro ano do CETI, com alunos assumidamente pertencentes a comunidade LGBTQ+.

Atuar no subprojeto nos proporcionou o primeiro contato com a sala de aula e essa experiência está nos ajudando a identificar dimensões da iniciação à docência que era até então desconhecidas. No início do subprojeto, quando começamos a visitar a escola, existia

um sentimento de insegurança ao pensar que em breve estaríamos em sala de aula e nos questionávamos se teríamos didática para lecionar. Atualmente, o sentimento é outro, conseguimos superar essa insegurança e percebemos uma evolução nos planejamentos das aulas e na forma dinâmica e didática de repassar o conteúdo e colocar em prática o que foi planejado, além de perceber que também conseguimos trabalhar com os alunos mais tímidos e agitados e envolve-los nas aulas.

Com a participação no subprojeto, estamos vendo diariamente os desafios que os professores enfrentam, em específico os de escola pública. Pois além de lecionar, eles devem estar preparados para as ocorrências inesperadas, para conseguir passar o conteúdo mesmo que a escola não disponibilize a estrutura necessária. Em *carta aos professores*, Paulo Freire (2001) diz que não existe ensinar sem aprender, e a experiência no PIBID tem nos mostrado isso diariamente.

Um fato marcante foi a primeira aula sobre direitos humanos das mulheres, onde muitas meninas relataram casos de abuso e agressão. Nessa aula, para os alunos do ensino médio, esclarecemos muitas dúvidas sobre o tema, principalmente maneiras de como denunciar de forma anônima, direitos que as mulheres possuem e como elas podem se proteger.

O contato com a prática da docência nos primeiros períodos do curso nos ajuda a entender e respeitar ainda mais os professores. Apresentar temáticas na sala, acompanhar o desenvolvimento e participação dos estudantes a cada aula, ver alunos mudando seus pensamentos e suas perspectivas relacionadas aos assuntos abordados tem nos motivado a continuar com a licenciatura. Desse modo, com o PIBID sentimos um amadurecendo como universitárias e também uma expansão dos nossos conhecimentos.

### **Considerações Finais**

Acreditamos que, as contribuições do PIBID no ensino de história, são assim, necessárias em uma realidade de ensino tecnicista em que o aluno é visto apenas como um recipiente vazio pronto para ser preenchido. O programa contribui para um entendimento primordial dos direitos humanos e a ação dos pibidianos ajuda os alunos a ligarem os temas dos projetos com os temas das aulas de conteúdo programático. O trabalho com os direitos humanos também ajuda os alunos a exporem situações de violência e abuso.

Percebemos a partir da nossa atuação que a sensibilização de temas em sala de aula que trata dos direitos das mulheres, dos trabalhadores, dos indígenas, das crianças, da

comunidade LGBTQ+ faz com que os alunos que passam por situações de violação de direitos se sintam acolhidos para compartilhar suas vivências, o que transforma a sala de aula em muito mais do que um lugar de transmissão de conteúdo, mas sim um local em que os alunos entendem os seus direitos, compreendem quando seus direitos são violados e também permite uma conscientização sobre os grupos minoritários da nossa sociedade que sofrem com as transgressões de seus direitos. O PIBID também evidencia para os alunos movimentos históricos de luta pelos direitos que cada grupo vulnerável teve que travar para conseguir assegurar seus direitos. Acreditamos que essa retrospectiva histórica tem importância pela capacidade de despertar nos adolescentes a ideia de que precisamos sempre lutar pelos nossos direitos, e que mesmo as melhorias não vindo do dia para noite, até as pequenas movimentações e paralizações tem sentido quando analisamos um contexto de insatisfação social: nós, pibidianos e alunos, aprendemos juntos a importância de se movimentar e não se calar diante de situações de exploração, abuso, assédio e transgressão de direitos.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE, J. A. de; GIL, C. Z. de V.; BALESTRA, J. P. Dossiê: Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. **Revista História Hoje. São Paulo**: v. 7, n. 13, p. 4–13, 2018. Disponível em: <<https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/458>>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ALBUQUERQUE, Marcelo; SILVA, Stéphany; SANTIAGO, James; SILVA, Sheyla Farias. Ensino de História e Direitos Humanos. **Diversitas Journal**, v. 7, n. 3, 2022. Disponível em: <[https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/2259](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2259)>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ARAÚJO, Murillo Clementino de. O tempo, o valor e a prostituta: reflexões sobre “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. **Estudos Semióticos**. São Paulo: v. 14, n. 2, p. 87–98, 2018. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/esse/article/view/150525>>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BERTOLACCINI, Ana Julia. Feminicídio: quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/feminicidio-quatro-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis: v. 10, n. 23, p. 39–79, 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <<https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**. São Paulo: v. 15, p. 259-268, 2001. Disponível em: <[https://revistas.usp.br/eav/pt\\_BR/article/view/9805](https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/9805)>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MENEZES, Rogério Félix de; LIMA, Patricia Ribeiro Feitosa; RODRIGUES, Bárbara Suellen Ferreira. Ensino de História e Educação em Direitos Humanos: uma importante parceria na perspectiva de uma formação integrada. **Revista Eixo**. Brasília: 2020. Disponível em: [revistaeixo.ifb.edu.br](http://revistaeixo.ifb.edu.br). Acesso em: 30 jun. 2025.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**. Niterói: v. 11, n. 21, p. 15-26, jun, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/gN3CCtpfxGm6dBgPb8JkKtp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar. **Editora UFPB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. Disponível em: <<https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/book/386>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NARCISA, Tayana. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PENNA, Teresa Helena Mendonça Correa Garcia. **Ensino de História e Direitos Humanos: a construção da aprendizagem histórica através da gamificação**. 2022. 130 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <<https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/4417>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SANTOS, Fabio. Negros têm quase 4 vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que brancos, mostra Anuário de Segurança Pública. **g1**, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/18/letalidade-policia-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2025.